



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

----- Mandato 2017/2021 -----

----- ATA NÚMERO NOVE -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e dezanove, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do membro Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel, coadjuvado por Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, 1.ª Secretária e por Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias, 2.ª Secretária. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-

----- Artur Manuel Pires; João Carlos Alves Valério; Michel Lima Monteiro; Eurico Manuel Evaristo Trigo; Joni Micael Bento Ledo; Olívia Amélia Diogo Martins; Berta Augusta Teixeira de Vilhena Carneiro de Carvalho; Hernâni Joaquim Vilares Teixeira; Ânia Raquel Dionísio Teixeira; Filipe Azevedo Teixeira; Emílio José Meireles Almendra. -

----- Faltou a esta reunião, o membro da AM da coligação Acreditar PPD/PSD-CDS/PP, Pedro Alexandre Morais dos Santos. -----

----- Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta: -----

----- Fernando Amílcar dos Santos Passeira; Frederico Macedo Teixeira; Joaquim Filipe Frutuoso Correia; António João Barros Rodrigues; Manuel António dos Prazeres Madureira; Tiago José Felizardo Martins; Fernando Augusto Silva Brás; Armindo António Olmo; Alípio Alberto Monteiro Fernandes; José António dos Santos Ferreira; Justino Manuel Bernardo dos Santos; António Abel Fraga. -----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Freixiel, João Jorge Gouveia Garcia. -----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da União de Freguesias de Valtorno e Mourão, Carlos José Almeida Seixas. -----

----- O Órgão Executivo esteve representado por: -----

----- Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da CMVF. -----



Handwritten initials in blue ink, possibly 'P' and 'J', and a signature in black ink.

----- Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vice-Presidente da CMVF. -----

----- Abílio Batista Maia Evaristo, vereador do PS. -----

----- Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Vereador da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vereadora da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Constatada a existência de Quórum, o Presidente da Assembleia, declarou aberta a oitava Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

----- **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Presidente da AM** questionou os membros da AM, se alguém queria intervir neste ponto. -----

----- **O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** fez um pequeno reparo à página doze da ata número sete, referindo que onde diz: “na ligação entre o cruzamento de Seixo de Manhoses e Arco, a estrada encontra-se...” deveria dizer: “entre o cruzamento do Seixo com o Arco até à entrada do Seixo, até à zona da Capela, onde foi feito o saneamento”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO UM: EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E APROVAÇÃO DA ATA N.º 7 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2018.**-----

----- **O Presidente da AM** deu conta do expediente, onde para além de um jornal da Associação Portuguesa de Deficientes, havia também um convite da Câmara de Bragança para as comemorações (que já passaram) dos quinhentos e cinquenta e cinco anos de cidade e, por último, da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), o envio do relatório de atividades da CPCJ de Vila Flor relativo ao ano de dois mil e dezoito. Pediu o envio deste aos membros da Assembleia, pois, não só não é sigiloso, como deve obrigatoriamente ser dado conhecimento aos membros da Assembleia. -----

----- **O Presidente da AM** colocou a Ata número sete a votação. -----

----- **Votação:** A Ata foi aprovada por maioria com uma abstenção da segunda secretária da AM Assunção Gouveia Bártolo Matias. -----

----- **PONTO DOIS: TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA NATUREZA NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO.** -----

----- **O Presidente da AM** apresentou um requerimento dirigido à Mesa, do Grupo Político Municipal do PS, com o assunto: “Comissão para as Comemorações do 25 de abril - 2019” que se encontra no (anexo I) da presente ata. Perguntou se alguém desejava dizer algo a propósito deste tema ou se era possível partir, desde logo, para a indicação dos elementos designados para a constituição da Comissão. -----

Apresentou também, da Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP e já apresentada na reunião de Câmara de vinte e cinco de fevereiro, uma moção de repúdio e oposição ao PNI (Programa Nacional de Investimento) 2030, que se encontra no (anexo II) da presente ata. -----

Afirmou ter ficado com algumas dúvidas acerca do documento, nomeadamente se tinha ido a reunião de Câmara e se tinha sido aprovado nesta (tendo ido a reunião de Câmara mas não tendo sido discutido). Perguntou, inclusivamente, se era para ser discutido e aprovado, o que estava a ser apresentado, tendo obtido resposta positiva. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** efetuou uma pequena correção à moção pedindo a substituição da expressão “Reunião de Câmara” por “Assembleia Municipal” no que refere à aprovação da moção em questão. Assumiu o lapso afirmando que é importante ter humildades nestes casos. Referiu que a moção está aberta a todos os grupos parlamentares que a pretenderem subscrever. Disse que todos acreditam que o Presidente da Câmara defende intransigentemente o seu Concelho, sendo que estando inseridos em territórios cada vez mais alargados, nomeadamente a CIM, as conquistas passam por planeamentos conjuntos. Reconheceu que Vila Flor não está mal servida de rodovias, no entanto, refere que este programa de investimento esquece, mais uma vez, o Interior. Disse que o Distrito de Bragança perdeu, desde os últimos Censos, em 2011, mais de dez mil habitantes. As assimetrias cada vez são maiores. As pessoas procuram as oportunidades e afirma que nós temos uma oportunidade, referindo o Cachão, no qual, acredita, ninguém pegará, nomeadamente pelas limitadas acessibilidades. Queixou-se das assimetrias e do aumento do fosso entre o Litoral e o Interior, sendo imperioso investir mais neste território, não obstante a baixa densidade populacional. Deixou o convite a todos os grupos parlamentares para a leitura da moção e para a sua eventual subscrição.-----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** sobre a moção apresentada, afirmou ter algumas dúvidas e algumas considerações. A primeira dúvida que apresentou refere-se ao facto de, conforme leu na ata da reunião de Câmara de 25 de fevereiro, ter ficado definido adiar para uma próxima reunião de Câmara a pronúncia acerca da moção. Assumindo que ficou definido desta forma, pergunta se o texto ainda não está na sua redação final, e que se assim for, a sua bancada terá gosto em contribuir para a finalização, pois com os princípios concordam (demografia, territórios de baixa densidade e toda a restante panóplia). Considerou que, no caso de o documento não assumir essa redação final, a sua abordagem em Assembleia Municipal terá sido extemporânea. Disse que gostava de ouvir o Presidente da Câmara pronunciar-se sobre este assunto, mas queria tecer algumas considerações primeiramente. Quando a moção refere que a CIM deve trabalhar a uma só voz sem cores partidárias, disse que, pelo que

B
2

tem visto de alguns autarcas do distrito, nomeadamente um, tem sido trabalhar com cor partidária. Afirmou que o PNI não está fechado e continua, também, aberto ao debate. Quando se fala em coesão territorial, fala-se no distrito e, por vezes, fala-se no centralismo de Lisboa e somos centralistas no nosso próprio território e há autarcas que o têm sido, nomeadamente autarcas do PSD, com o qual a candidatura “Acreditar” se identifica. Diz que se perde o poder crítico perante o Terreiro do Paço quando somos os primeiros a criar “pequeninos Terreiros do Paço”. O documento com as reivindicações da região, na CIM, foi aprovado por unanimidade, o que o deixa com dúvidas em relação às questões que têm surgido. Diz não entender a estratégia por detrás de um discurso mais agressivo por parte do autarca da Câmara de Bragança quando, entende, é o concelho mais beneficiado no documento. Afirmar ficar com muitas dúvidas com as questões que Hernâni Dias levanta quanto ao documento. Pergunta se não será pelo facto de não ser ele a governar a CIM ou se existirá alguma “Vitória de Pirro”. Entende que lhe falta humildade por se esquecer das vilas limítrofes que “drenam” para Bragança, Macedo de Cavaleiros, Vimioso e Vinhais. Afirmar concordar que devemos falar a uma só voz, mas então o Presidente do Município sede da CIM terá de assumir as responsabilidades de contribuir para esta união e não para a desunião. Um dia terão de lhe perguntar qual vai ser o seu posicionamento, se excluir-se do processo ou promover consensos. Diz que o Presidente do Município de Vila Flor mostrou acerto com as declarações que proferiu no decorrer do processo: “Devemos ter, na realidade, tranquilidade, responsabilidade e praticar a unidade regional.” -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** relativamente à redação final do documento, afirmou que, naturalmente, nunca há português perfeito e é sempre possível melhorá-lo. Quanto ao facto de haver um “Terreiro do Paço” no distrito, disse não perceber muito bem, reconhecendo que não se sente bem documentado no que respeita a este tema. No entanto, se foi votado por unanimidade, os outros autarcas teriam de ter dito alguma coisa a respeito dessa centralidade local. Disse não entender a expressão quando o documento foi aprovado por unanimidade. Afirmou ter apreciado a intervenção do Presidente da Câmara de Vila Flor, mas alertou que é preciso melhorar os investimentos nos nossos territórios. Acredita que o autarca vilaflorense dá sempre o seu melhor nestas questões, pois é o seu papel. Ressalta que estas questões de centralidade e esquecimento do Interior são transversais a todos os governos. Relativamente ao facto de o PNI 2030 não estar fechado, manifestou a sua desconfiança quanto a alterações. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** disse não ter dito que há um “Terreiro do Paço”, mas uma tentativa de o criar. Não podemos aceitar que as pessoas com responsabilidades tenham atitudes do tipo: “aquilo que é para fazer ao meu vizinho, não pode ser feito, para me fazerem o meu”. Gostava que o PNI fosse outro. Quando ouviu falar em união, disse gostar de perceber quem, em 2018, começou a promover a desunião da região. A sua intervenção prende-se com as declarações que pessoas com responsabilidades na CIM, têm prestado em praça pública. Afirmou estar a falar concretamente de Hernâni Dias. -----



----- **O Membro da AM Berta Carvalho (PS)** referiu a questão Litoral/Interior e os anos de luta com este propósito. Afirmou ser dever e obrigação de todos os autarcas lutar sempre pelo bem da sua população. Mencionou que hoje em dia assistimos ao triste espetáculo da corrupção, desde as coisas mais pequenas até às maiores. Efetivamente existe a tentação de voltar sempre para o “Terreiro do Paço” e de minorar o Interior. No meio de tudo, há coisas que exigem reflexão nomeadamente as palavras de alguém, já referidas pelo membro da AM João Valério: tranquilidade, responsabilidade e agregação. Seria ótimo que se seguissem sempre estes princípios na gestão dos territórios. Sem qualquer subserviência ao Presidente da Câmara de Vila Flor, menciona um exemplo onde lhe indicaram que Matosinhos é uma cidade suja, ao contrário de Vila Flor e de Bragança que são em exemplo a nível de limpeza. Também ao nível do Ensino, tema que lhe é muito próximo, Vila Flor “dá cartas”, designadamente na gratuidade dos livros, do transporte e da alimentação. Abordou a questão do alojamento universitário, onde reclama das condições que são dadas a Lisboa e Sul e da falta destas na nossa região. A Câmara de Vila Flor tem as taxas mais curtas de IRS para a população e outras condições de privilégio que são muito valiosas para a população. Destaca o envolvimento do autarca local na questão do Tua, onde com muita inteligência e muita vontade conseguiu vantagens de benfeitorias para a nossa Vila. Manifestou concordância, no geral, com a moção apresentada, embora alerte para questões de guerras na CIM que contrariam os princípios da união da nossa região. Termina referindo os grandes avanços na área da Medicina mas que ainda não conseguem remediar a “dor de cotovelo”. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse que julgava que se estava a discutir a moção apresentada, mas que o membro da AM Berta Carvalho passou 95% do tempo a falar de Atividade Municipal. Diz já não perceber muito bem a ordem dos assuntos nas Assembleias. Queria cumprimentar a Câmara ou a Misericórdia, pois não sabe quem resolveu a questão, pela colocação de um contentor para lixo no local onde o reclamou numa reunião anterior. Relativamente à limpeza, diz não ser tanto como a deputada Berta Carvalho diz. Afirmou haver ruas mais descuradas. Citou o exemplo dos cães de companhia, cujos donos não cumprem com a responsabilidade de recolha dos dejetos, achando que a Câmara devia ter um papel mais ativo em fazer cumprir estas obrigações civis. Perguntou como está o Programa contra o Insucesso Escolar e como está a Escola Básica, se estará pronta a tempo do próximo ano letivo. -----

----- **O Membro da AM Berta Carvalho (PS)** disse que a representação mais próxima do poder que as pessoas têm, são os dirigentes do Município e quando se fala do Município, fala-se numa parte do todo que é o país. Reitera encontrar bastante limpeza em Vila Flor, ao contrário de Matosinhos e Porto. A propósito dos dejetos caninos, sugere ao membro da AM Artur Pires, o uso da escola para ensinar comportamentos às crianças que estas, por sua vez, levarão para casa e sensibilizarão os pais. Espera ter deixado claro que o Município tem sempre pugnado pelas melhores condições possíveis, o que não acontece em todo o lado e sublinha a sua isenção e não precisar de nada que possa, eventualmente, toldá-la. -----

132

----- O Presidente da CMVF quanto às moções, sobre a primeira (Anexo I), acha que se deve combinar como se pode preceder à nomeação da comissão para as comemorações do 25 de abril. Diz que sempre chamou a atenção para isto e para a sua importância, e só por não haver ninguém, é que a Câmara tem preparado as comemorações independentemente. Relativamente à segunda moção (Anexo II), disse que também foi apresentada na Câmara Municipal, onde manifestou que concorda com o espírito, mas não com a letra. Ou seja, a forma de redigir a moção teria que ser outra. Diz que a tranquilidade, a responsabilidade e a unidade regional devem praticar-se mais que dizer-se. Propôs uma redação comum, havendo palavras e frases que terão de ser buriladas para melhor defender as ideias. Será necessário escolher as palavras adequadas para atenuar algum tom crítico. Esta sua proposta não foi aceite e uma decisão será tomada na próxima Reunião de Câmara. Relativamente ao PNI 2030, o Município manifestou a sua postura contra. A CIM elaborou um documento referindo as reivindicações, para sustentar a coesão territorial, nomeadamente as rodovias: (A propósito, recordou um episódio numa cerimónia, em Bragança, na comemoração dos 40 anos do poder local, onde na sua intervenção disse que, no Interior, temos que estar unidos e fez uma manifestação dessa unidade, defendendo obras que nem sequer eram no seu Concelho, designadamente o Aeroporto de Trás-os-Montes (não só de Bragança), a ligação de Bragança a Sanábria, a ligação do IC5 a Espanha e que deveríamos defender em primeiro lugar as estradas de Vinhais e Vimioso a Bragança. Deixou também o desafio para que os colegas autarcas de Bragança, fizessem o mesmo exercício relativamente à Terra Quente, nunca tendo conhecimento que o tivessem feito. Afirmou, também, a sua responsabilidade à prova de críticas quanto a tudo o que diz.) A ligação de Vimioso a Bragança, no valor de 20 milhões de euros; a ligação de Vinhais a Bragança, no valor de 22 milhões de euros (pensando que há lapso no documento, pois julga serem 12 milhões de euros, carecendo de confirmação); a conclusão da ligação do IC5 a Miranda do Douro, no valor de 6 milhões de euros; a conclusão do IP2 até Puebla da Sanábria, no valor de 20 milhões de euros; a construção de uma ligação entre Macedo de Cavaleiros, Vinhais e Espanha (Gudiña), no valor de 60 milhões de euros (sendo que o problema reside aqui pois foi o momento em que cada um começou a pensar em si próprio); a transformação do Aeródromo de Bragança em Aeroporto Regional de Trás-os-Montes, no valor de 28 milhões de euros; a construção de um corredor ferroviário entre Leixões e Zamora e a criação de um centro logístico regional, que os autarcas da Terra Quente defendem que seja o Cachão. Este documento pressupõe uma estratégia de consenso onde foi acordada uma conferência de imprensa, uma ida à Assembleia da República sendo recebidos por todos os grupos parlamentares (acabaram por ser duas, pois não foi possível num só dia serem recebidos por todos os grupos parlamentares) e pelo Ministério das Infraestruturas. Estiveram também presentes nesta receção os deputados da região Dr. Adão Silva e Dr. Jorge Gomes. Os representantes da Terra Quente reforçaram a ideia de que o Cachão é fundamental, que não concordavam com o fecho dos CTT, que o já referido centro logístico deveria ser no Cachão e que o IC5 é também fundamental. Falou-se também, de regadios, apoios à agricultura e à economia local, principalmente à possibilidade de haver Zonas de Acolhimento Empresarial em zonas como a nossa (que, para já, não estão previstas no



quadro comunitário). Reforçou que o documento não está fechado e pode sofrer alterações, ainda faltando um parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e a pronúncia da Assembleia da República. Reforçou que, neste processo, é essencial tranquilidade, responsabilidade e união. Propôs a redação de um texto comum. Reafirmou que temos que defender a região, estar unidos. Até se pode barafustar dentro da sala, mas quando se sai da porta tem de se falar a uma só voz. Disse não querer tecer considerações acerca da moção apresentada, entendendo que deve apenas dar o contexto. Afirmou que todos os autarcas são contra este Plano Nacional de Investimentos, mas que também temos que ter memória e não podemos dizer que há décadas que não se faz nada em Trás-os-Montes, pois isso não é verdade. Aceita que se diga que todos os governos, desde o Estado Novo, incluindo este, esqueceram o Interior, mas não que isso é exclusivo de alguns governos. De outra forma, poderíamos também valorizar o trabalho de alguns governos, nomeadamente o que foi feito na região a nível de regadio. Afirmou ser um homem que defende a região mas que nunca esquece o seu Concelho, que está sempre em primeiro lugar. Contou que propôs na CIM a elaboração de um plano regional de regadios, pois a Terra Fria tem muitas dificuldades em justificar os regadios e esse plano permitiria que a Terra Quente os ajudasse nas suas pretensões. Afirmou que não podemos esquecer que tanto as lixeiras que foram todas fechadas e as estradas tiveram um cunho. Disse não querer julgar ninguém, mas que também não aceita lições. Disse que poderia falar da água, e de quem avançou para que tenhamos água de qualidade. Das barragens, da saúde, designadamente do helicóptero, que nunca esquecerá. Disse ser importante, porque cada vez somos menos, que sejamos unidos para continuar a criar riqueza. Ao contrário do que alguns afirmam, não é possível inverter este processo de despovoamento a não ser com a Regionalização, questão na qual os 9 autarcas da CIM estão em acordo. Afirmou que o documento é negociável e tem de ser tratado com “pinças”, mas também com firmeza e sem “bandeiras”, pois a sua bandeira é o seu concelho e a sua região. Disse ser contra o PNI conforme se encontra mas acredita que é possível melhorá-lo e que é possível defender os concelhos mais isolados, como Vinhais e Vimioso. -----

Quanto ao que o membro da AM Artur Pires afirma, disse concordar, pois, de facto, um texto é sempre passível de ser melhorado, sendo precisamente o que quis fazer. Disse que a pedagogia demora a resultar (e que na escola até poderá ser mais eficaz) e não poder ser culpabilizado por atitudes que indivíduos possam tomar pois todos querem Vila Flor limpa o mais possível. Também entende que é difícil condenar atos isolados sobre alguns indivíduos mais descuidados. Quanto à pedagogia sobre os animais, recordou os sorrisos irónicos e as queixas aquando da campanha de adoção de uma mascote escolar. Mencionou os efeitos da nova lei sobre os animais que sobrelota os canis, caso para o qual foram adquiridos mais terrenos para ampliação, mas que leva o seu tempo. Disse estar preocupado com este assunto, mas o caso do cão fazer o “cocó” na rua é, na sua opinião, uma questão de populismo. Apelou à responsabilidade de todos e disse perceber as reais intenções por detrás de determinados temas. -----

Em relação ao Cachão, admitiu ser, de facto, o maior problema da Câmara de Vila Flor. Foram retirados os lixos e está-se a trabalhar junto do Ministério do Ambiente para concluir este processo da melhor maneira. Também já se tratou do Matadouro e está



137
2

agendada uma reunião com o Presidente da CCDR para tratar do Cachão. Também na CIM se veem sinais de que o Cachão pode ser importante para a região, não obstante as dificuldades inerentes. Mencionou a assinatura dos documentos para a circulação do comboio, que não é uma miragem como alguns diziam e onde só uma hecatombe impedirá o desfecho programado e para o qual três gerações de autarcas sofreram muito, mas que sempre acreditou e trabalhou neste projeto. -----

Sobre o Insucesso Escolar, informou que dois concursos para Técnico Superior ficaram desertos, o que muito estranha, atendendo ao desemprego no país, mas que vai avançar. -----

Sobre a Escola Básica disse acreditar que estará pronta a tempo do início do próximo ano letivo e que, se depender da Câmara de Vila Flor, estará certamente, mas que esta depende de terceiros, nomeadamente o empreiteiro. Disse que quase todos os dias visita essa obra e sensibiliza o empreiteiro para implementar um ritmo mais forte, pois a Câmara cumpre com a sua parte, designadamente nos pagamentos. -----

----- **O Presidente da AM** questionou a Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP se pretende alterar a moção ou se será para manter como está e colocar imediatamente a votação. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** indicou que se a Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP decidir retirar a moção e redigir um texto melhor, a bancada do Partido Socialista não se importa. Se decidir manter o texto presente tal como está, informou que irão votar contra. -----

----- **O Presidente da AM** colocou a moção a votação a votação. -----

----- **Votação:** A moção foi rejeitada com quinze votos contra da bancada do Partido socialista, sete votos a favor da Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP e uma abstenção do Bloco de Esquerda. -----

----- **O Presidente da AM** em relação aos festejos do 25 de abril, deu conta que se decidiu durante a presente sessão, cada grupo parlamentar apresentar um nome que representará os seus membros, a mesa apresentará também um nome e a Câmara Municipal outro nome para formar um grupo de trabalhos que irá trabalhar e colocar questões à AM. Entende que se poderá fazer uma coisa diferente do tradicional e diferente da bandeira. -----

----- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** em relação à formação do grupo de trabalhos, o que teria feito sentido era ter ido a votação, apesar de saber que iria ser votado por unanimidade, e de seguida cada bancada nomearia um membro para representação. Informou que não falou antes, porque pensava que ainda estava no período antes da ordem do dia. Disse que esteve a ler o regimento e que neste período também é possível fazer intervenções políticas. Informou que gostou de ouvir falar o Presidente da CMVF e que nunca concordou tanto com ele, em relação aos objetivos para a região e para o Concelho. Disse concordar com o membro da AM João Valério quando disse que existe centralismo por toda a parte, em Lisboa, no Distrito e até no Município de Vila Flor. Deu conta que, no dia 8 de março se celebra o Dia Internacional da Mulher, que se viveram

e
Bj

Milénios de uma sociedade machista, mas que se estão a dar alguns passos para a igualdade, apesar de vivermos num meio agrícola, onde a jeira do Homem é mais cara que a da Mulher. Declarou que a Mulher precisa de igualdade plena e não só de jantares do Dia da Mulher. Questionou o Presidente da CMVF acerca dos transportes coletivos de Vale Frechoso, Trindade e Benlhevai, como é feito esse transporte em período de férias letivas. Questionou também sobre qual a situação das ETAR'S do Concelho de Vila Flor, visto ter tido conhecimento através de um Município que a ETAR da Trindade não estará a funcionar bem. Por fim, disse que se deve facilitar a Ordem de Trabalhos da AM e pensar em alterar a situação do período antes da ordem do dia e no ponto três, colocar apenas Atividade Municipal. -----

----- **O Membro da AM Emílio Almendra (PS)** referindo-se à intervenção do membro da AM João Valério, aludiu que concordavam com o princípio da Moção, mas que havia partes do texto com os quais não concordavam e, no caso de decidirem manter o texto, votariam contra a referida Moção. Não contra a ideia principal, mas contra partes do texto. -----

----- **O Membro da AM Hernâni Teixeira (PS)** relativamente à moção, disse que concorda com muita coisa, mas não com tudo o que está escrito. Proferiu que vê agora o PSD preocupado com estas questões e quando esteve no governo tantos anos e nada fez. Deu conta de que, o PSD sempre meteu mais deputados no Governo pelo nosso Distrito e que não deixou nenhuma obra de relevo na nossa região. Citou o professor Cavaco Silva, que foi o homem que mais dinheiro teve para gastar e não fez nenhuma obra de relevo no nosso Distrito. O que fez foi fechar a linha férrea do Tua até Bragança e do Pocinho até Barca D'Alva. Citou também Pedro Passos Coelho, que era um homem de Vila Real e que mandou parar imediatamente as obras do Túnel do Marão. Aludiu que o Primeiro-Ministro que mais obra fez na nossa região foi José Sócrates. Referiu que o PSD e a Direita sempre foram contra as greves e vêm agora dar apoio porque se aproximam as eleições Legislativas. Em relação à Ordem dos Enfermeiros, não vê razão para um aumento de quatrocentos euros quando o ordenado mínimo sobe apenas dez, quinze ou vinte euros. Vê este apoio do PSD às greves como uma forma de poderem subir nas sondagens. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** na questão da coerência, disse que não foram incoerentes e que tinha sido muito claro em relação ao assunto. Tal como também não acha incoerente quando o BE vota ao lado do CDS e já o fez por diversas vezes. Em relação às gravações, não tem nada contra, é uma questão da AM chegar a um consenso, ver se estão garantidas todas as condições, perguntar nos serviços jurídicos se existe alguma violação da Lei da Privacidade de Dados. Disse que a questão das filmagens é que apenas se vê a intervenção do membro da AM Joni Ledo e não se vê o contraditório. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que regista com agrado o facto do membro da AM Joni Ledo referir que concorda com ele e mencionou a obra da Escola da Trindade dizendo que já foi a concurso. Informou que para ele só há uma centralidade, que é o Concelho de Vila Flor. -----

B
2

Sobre José Sócrates, como político, só tem de louvar pelas obras que fez na nossa região.-----

Disse que, no dia mundial da Mulher, apenas têm um espetáculo, oferecem uma flor e um bolo. -----

Em relação aos transportes, disse que cada vez há menos capacidade de resposta devido ao despovoamento da nossa região. Informou que delegaram os transportes na CIM, que é um problema difícil de resolver, mas que estão a tratar da situação. -----

Sobre as ETAR's, disse que o Vice-Presidente está a acompanhar o processo, mas entende que a situação já está resolvida na Trindade. Informou que tem uma empresa que faz a manutenção das ETAR's, que tem candidaturas aprovadas para a remodelação de doze ETAR's, onde vão implementar um órgão à entrada que vai melhorar a qualidade do efluente, retirando as areias e os sólidos. -----

----- **O Presidente da JF de Vale Frechoso José Ferreira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** deu conta de um problema de uma fossa a céu aberto, que vai cair numa linha de água. Disse que já houve uma publicação nas redes sociais a falar sobre o assunto e que é uma questão de saúde pública. Questionou o Presidente da CMVF acerca de quem é o responsável, se tem conhecimento e a quem deve reclamar. Sobre os transportes, disse que a sua Freguesia estava muito mal servida principalmente no período de férias escolares. Informou que só tinham um autocarro à quarta-feira que saía às oito horas e regressava por volta das onze e trinta. Disse que já pensou colocar um carro da Junta de Freguesia à disposição, mas que foi aconselhado a não o fazer por causa dos privados. -----

----- **O Presidente da CMVF** respondeu que não sabe onde é a referida fossa, mas que Vale Frechoso tem duas ETAR's. É uma situação que já lhe poderia ter falado e poderiam já ter resolvido o problema. Deu conta que no Concelho de Vila Flor existem trinta e uma ETAR's a contar com a de Vila Flor. Deu a informação que se é uma fossa, até cumpre com a legislação, porque para três casas não é necessário uma ETAR. Sobre os transportes, disse que estava previsto transporte público a pedido. Mas informou que pretende reunir com os Presidentes de Junta para resolver estas situações. -----

----- **O Presidente da JF de Vale Frechoso José Ferreira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** disse que o problema não é a fossa mas sim a saída, que cria mau cheiro e é um problema de saúde para quem vive ali perto. -----

----- **PONTO TRÊS: INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 2, DA ALÍNEA C, DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- **O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** deu conta de que na última reunião ordinária de AM, questionou o estado das estradas do Concelho. Quer saber o que é que foi feito ao fim de três meses e se irão chegar os turistas no verão e se continuará tudo da mesma forma. Em relação ao saneamento da parte alta de Seixo de Manhoses, questionou quando é que estará pronta para utilização. -----



Handwritten initials and a signature in blue ink.

----- O Membro da AM João Valério (PS) gostava que o Presidente da CMVF elucidasse melhor a questão da Barragem do Ribeiro do Cerejal. -----

----- O Presidente da JF de Vale Frechoso José Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP) acerca do edifício da escola de Vale Frechoso, disse que já tinha falado que queria requalificar o edifício e questionou o Presidente da CMVF porque é que não consta na Atividade Municipal um procedimento de concurso para a requalificação desse edifício como consta a escola de Trindade e dos Folgares. -----

----- O Presidente da CMVF sobre as estradas, disse que estão a trabalhar no assunto, mas que não existem buracos de grande porte. A maior parte dos buracos são provocados por fugas de água, que é preciso abrir para reparar, que é o que acontece na entrada de Seixo de Manhoses, onde há um problema de rebentamentos de canalizações de água. -----

Em relação à Escola de Vale Frechoso, disse que é uma escola do plano dos Centenários e que irá fazer a obra, mas que não pode fazer tudo ao mesmo tempo. Existem prioridades como o caso da Trindade, Folgares e Meireles, onde em alguns destes, a escola é o único edifício público existente até para se exercer um ato eleitoral, e que se encontram em estado lastimável. Em Vale Frechoso existem alguns edifícios que já foram requalificados como a Casa do Povo que tem todas as condições para a realização de eventos. -----

Relativamente à Barragem dos Cerejais, informou que fica situada no Concelho de Alfândega da Fé. Decidiu fazer-se a Barragem, atendendo à necessidade de armazenar mais água e atendendo à cota bastante elevada e havendo a necessidade de ampliação de regadio. A barragem está registada no Plano Nacional de Barragens e pertence ao regadio do Vale da Vilariça, cujo titular é a Associação de Beneficiários, mas que é gerida pela DGADR (Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural), que inscreveu esta barragem, mas não teve capacidade de fazer o estudo prévio. Vila Flor e Alfândega da Fé, estão a preparar-se para no próximo concurso, criar mais uma albufeira para o reforço do Vale da Vilariça. O estudo prévio foi pago pelos dois Municípios, cerca de 17 mil euros cada e é um empreendimento que vai custar cerca de 11 milhões de euros, que serão financiados a cem por cento. Em relação à barragem das Olgas, a Câmara já decidiu adjudicar os projetos de execução da barragem e do estudo de impacto ambiental. Entende que estes investimentos irão ajudar o Concelho, a economia e as pessoas a manterem-se na região. -----

----- O Presidente da JF de Vale Frechoso José Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP) disse que não foi sua intenção colocar em causa as obras das Freguesias de Trindade e Folgares. Sobre a Casa do Povo, referiu que falarão na próxima reunião. -----

----- O Presidente da CMVF mencionou que não quis dizer que o senhor Presidente de Junta estava a colocar em causa as Obras de outras Freguesias. Deu conta que, no relatório da Atividade Municipal, consta um programa a que se candidataram sobre a estabilização de emergência pós incêndios, que já foi adjudicado por cinquenta e quatro mil novecentos e quarenta euros mais IVA e que grande parte é da sua Freguesia. -----

f
B J

----- O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP) disse que quando fala em buracos e fissuras que não fala de cor e que já os viu. Se são questões pontuais, disse que é mais fácil de resolver, disse que se se abrem é preciso tapá-los. Mencionou a estrada que liga Vilas Boas a Meireles já foi referida em Assembleia de Freguesia e é preciso resolver a situação antes que aconteça algum problema. Referiu que o Presidente da CMVF não falou do saneamento da parte alta de Seixo de Manhoses, pois houve zonas onde o alcatrão já abateu e as ligações às casas ainda não foram feitas. -----

----- O Presidente da CMVF disse que concorda com o membro da AM Ânia Teixeira quando diz que, quando se abre um buraco tem que se tapar mas, por vezes, não é possível fazer com a rapidez que se pretende. Em relação à estrada que liga Vilas Boas a Meireles disse que há efetivamente uma fissura com alguma perigosidade. Estão a estudar o assunto, mas ainda não perceberam porque é que isso acontece. Referiu que é preciso primeiro encontrar a causa dessas fissuras para depois se resolver o problema. No saneamento da parte alta de Seixo de Manhoses, disse que a Câmara também depende de terceiros, que o ramal já foi pago à EDP, mas que estes ainda não fizeram a obra, apesar da insistência que a Câmara exerce. Terão que aguardar que a EDP dê resposta o mais breve possível. -----

----- PUNTO QUATRO: CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE EXPLORAÇÃO: 1. MINIMERCADO, BAR DE APOIO AO PARQUE DE CAMPISMO E CARAVANISMO MUNICIPAL; 2. RESTAURANTE/BAR DE APOIO À PISCINA MUNICIPAL; - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMAS DE CONCURSO. -----

----- O Presidente da CMVF informou que os espaços ficaram vazios e é preciso ocupá-los. Deu conta que os espaços têm excelentes condições e que nunca esteve em causa a renda, porque não tem consequências para as finanças do Município. Entende que tem que ser um concurso limpo, universal e transparente. Informou que mudou a forma do concurso, que passou a ser a carta fechada e que irá haver dois períodos diferentes, uma renda no período normal e outra no período alto e que o arrendatário não pode ser o mesmo nos dois espaços. Espera que o concurso corra bem e que antes do verão e da chegada dos turistas, os dois espaços estejam a funcionar e prontos a servir. -----

----- O Presidente da AM colocou o ponto número quatro a votação. -----

----- Votação: O ponto número quatro foi aprovado por unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a declarar, o Presidente da AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Mesa

(Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel)



13 2

1.º Secretário(a)

(Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto)

2.º Secretário(a)

(Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias)



ANEXO I



Grupo Político Municipal

Handwritten in blue ink: D.º Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Flor 27/2/2019

Ex.º Sr.

Presidente da Mesa da Assembleia
Municipal de Vila Flor

Assunto: Comissão para as Comemorações do 25 de Abril de 2019

Tendo em conta a importância da Revolução de 25 de Abril na vida democrática da nossa sociedade;

Tendo também em conta que é da nossa responsabilidade enquanto cidadãos criar nas gerações mais novas a consciência da importância da Liberdade, dos direitos humanos e individuais, para garantir que nunca lhes retirarão o direito de ser;

Propõe o grupo político municipal do Partido Socialista a Criação de uma comissão para as Comemorações do 25 de Abril composta por um representante de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, por um representante da Mesa da Assembleia e por um representante do Município de Vila Flor, no sentido de organizarem um programa comemorativo.

Vila Flor, 27 de Fevereiro de 2019

Handwritten signatures in blue ink:
- *[Signature]*
- *Enrique Manuel Encarnito Trigo*
- *[Signature]*
- *Zita Filipe da Costa*
- *[Signature]*



ANEXO II



*D. P. M. M. F. M.
27/2/2019.*

27 de Fevereiro de 2019, Assembleia Municipal de Vila Flor

O grupo parlamentar acreditar, vem apresentar a seguinte Moção, após apresentação de reunião de câmara no dia 25 de fevereiro de 2019.

- Moção de Repúdio e Oposição ao PNI (Programa Nacional de Investimentos) 2030

Esta Moção surge com um único propósito, manifestar o sentimento de oposição e repúdio contra a falta de investimentos previstos, para a região de Trás-os-Montes, no âmbito do Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030).

Do que se pode observar do PNI 2030 este direciona, somente, no desenvolvimento e progresso do litoral, mais especificamente nas áreas metropolitanas, feito à medida dessas áreas e não do país, o que se traduz como uma desconsideração pelo nordeste transmontano e uma violação ao princípio da coesão territorial.

Entendemos que é nossa função, defender, em primeiro lugar, os interesses do concelho, mas não podemos descartar responsabilidades sobre este assunto que incide na região de Trás-os-Montes, da qual fazemos parte e uma vez que este afeta direta ou indiretamente todos os Vilaflourenses.

A (CIM-TTM) Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, apesar de “reclamar” a revisão do plano nacional de investimentos, por nenhuma das pretensões do território constar no documento, nada até à data foi assegurado e a alegada expressão do Sr. Ex. Ministro Pedro Marques de que “o documento não está fechado”, nada nos dizia, ou nos garantia, muito menos agora com a sua nomeação.

Todavia a CIM-TTM deve trabalhar a uma só voz, sem cores partidárias, para que não haja uma divisão no sentido de criar aqui aquilo que o Governo gostaria de ter, ou seja, uma desculpa para não fazer aquilo que é verdadeiramente importante.

A Comunidade Intermunicipal tem obrigações acrescidas e os autarcas que a compõe devem defender um desenvolvimento integrado de toda a comunidade.

Quem está na política, ou em qualquer cargo de poder, tem a obrigação de ouvir as pessoas, de as pôr a participar, de trabalhar com e para elas.

Múltiplos fatores vêm conduzindo a um desigual preenchimento populacional, criando assimetrias no território nacional, com especial incidência negativa no interior do País.

A ausência desde décadas, de uma verdadeira política nacional de desenvolvimento para o interior do País, tem vindo a contribuir para, entre outros fenómenos não menos graves, acelerar o envelhecimento das suas populações e o conseqüente despovoamento.



ANEXO II

Esta realidade é de facto igual em todos os concelhos vizinhos e do interior, assentando a ideia de que estamos presos nesta corrente e que não conseguimos remar contra ela.

Como todos nós sabemos, as pessoas vão para onde há desenvolvimento e investimentos, vão para onde há movimentos populacionais.

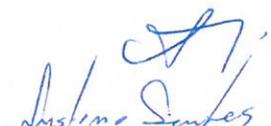
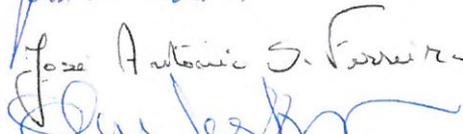
Esta é a prova de que o Governo não está interessado em resolver os problemas do Interior e trabalhar para a coesão territorial.

Sem cores, sem bandeiras, sem divisões, propomos a aprovação da presente moção de repúdio e oposição, na presente reunião de ^{Assém 2019} câmara, exigindo a melhoria do PNI 2030 e exortando assim o Governo a rever os projetos inscritos no programa.

Sendo com a respetiva aprovação, a mesma, remetida à Assembleia Municipal de Vila Flor para posterior envio às entidades competentes.

Vila Flor merece, a região reconhece.

O grupo parlamentar acreditar.


Justino Santos

José António S. Ferreira

Rui Barros

Ária Raquel Dionísio Teixeira